



Trabalhadores escravizados e livres na cidade do Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX

Marcelo Badaró Mattos*

Resumo – As últimas décadas do século XIX foram um período de grandes transformações no perfil da força de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, com um processo de progressiva diminuição da utilização da mão-de-obra escravizada, empregada em larga escala na cidade até 1850. Tem-se nessa fase um primeiro momento de organização de associações de trabalhadores livres e de movimentos coletivos, tais como as greves. Neste artigo, levanta-se a hipótese de que entre as lutas dos escravos pela liberdade e as primeiras lutas de trabalhadores assalariados urbanos existiriam elos significativos e compartilhamento de experiências - de trabalho, de organização, de ação coletiva -, essenciais para uma compreensão mais ampla do processo de formação da classe trabalhadora.

Palavras-chave: formação de classe; escravidão urbana; Rio de Janeiro.

Em sua *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, publicada originalmente em 1955, Hermínio Linhares é um dos autores a situar a greve dos tipógrafos, de 1858, como “a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil” (Linhares, 1977, p.33).

Essa greve, que já vem sendo objeto de estudos acadêmicos (Vitorino, 2000), é de fato bastante significativa. Após meses reivindicando aos donos dos três principais diários da Corte (*Correio Mercantil*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Comércio*) um reajuste em seus salários, numa conjuntura de carestia

explícita, os tipógrafos resolveram recorrer à paralisação do trabalho a partir de 09 de janeiro de 1858. O mais interessante da greve é que dela temos registros relativamente amplos, porque os grevistas, apoiados pela Imperial Associação Tipográfica Fluminense, fundaram o *Jornal dos Tipógrafos*, de circulação diária, que nas semanas seguintes apresentou os argumentos dos trabalhadores. Nas páginas do jornal, encontramos um grupo profissional relativamente pequeno (o maior dos diários, o *Jornal do Comércio*, empregava cerca de 37 tipógrafos), que se apresentava como constituído por

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa apoiada pelo CNPq e que contou com a colaboração de Marcela Goldmacher e Rafael Maul de Carvalho. E-mail: mbadaro@uol.com.br.



“artistas”, artesãos especializados, pauperizados pela ganância dos proprietários das folhas que se negavam a pagar-lhes um salário digno. Além disso, a greve chama a atenção pelo papel ativo da associação dos tipógrafos, cujo objetivo principal era o auxílio mútuo, mas que assumiu função de representação dos interesses de seus filiados, intercedendo junto às autoridades e financiando a compra do maquinário para a impressão do jornal dos grevistas.

No *Jornal dos Tipógrafos* podemos encontrar manifestações de uma identidade de classe em construção, pois há afirmações claras de especificidade, ao se definirem como “artistas”, que se “coligaram” por constituírem uma “classe mal retribuída nos seus serviços”. Porém, também se afirma que “operários de diversas classes” encontravam-se em situação semelhante à dos tipógrafos e se reconheciam em seus atos.¹ Em alguns artigos referentes ao movimento, ia-se além, afirmando-se a necessidade de por fim às “opressões de toda a casta” e de combater a “exploração do homem pelo mesmo homem”, indicando um alvo no “egoísmo estúpido dos empreendedores da indústria, capitalistas...”²

Quanto à Imperial Associação Tipográfica, esta fora fundada em 1853, com objetivos de auxílio mútuo (auxílio em enfermidades, auxílio às viúvas, auxílio funeral). Definia, porém, o § 2 do artigo 3º de seus Estatutos que um dos fins da Associação seria “Contribuir para o desenvolvimento e progresso da arte tipográfica, quanto estiver ao seu alcance...”, o que abria

espaço para a defesa dos interesses dos artistas associados. Examinando o movimento dos tipógrafos de 1858 – suas características de representação de um setor de trabalhadores livres e assalariados, que se associaram e lutaram coletivamente, sob o argumento de defender sua dignidade como artistas, mas enfrentando o que conscientemente consideravam ser seus inimigos de classe, os patrões – poderíamos dizer que estamos diante de um episódio do processo de formação da classe trabalhadora, com semelhanças evidentes com os casos clássicos. Mas, para o caso brasileiro na segunda metade do século XIX, e do Rio de Janeiro em particular, deter-se apenas nessa face do trabalho livre para pensar o processo de formação da classe pode gerar uma grande limitação da análise.

Se a greve dos tipógrafos foi ou não a primeira greve de trabalhadores livres ou assalariados no Brasil, é difícil comprovar. Porém, chama a atenção que o mesmo Hermínio Linhares, algumas linhas antes, comente outro episódio, ocorrido no ano anterior. Trata-se da paralisação do trabalho por parte de trabalhadores escravizados do estabelecimento da Ponta da Areia, de propriedade de Mauá, assim noticiada pelo jornal *A Pátria*, de Niterói, em 26/11/1857:

Ontem, das onze para o meio-dia, segundo nos informam, os escravos do estabelecimento da Ponta da Areia levantaram-se e recusaram-se a continuar no trabalho, sem que fossem



soltos três dos seus parceiros, que haviam sido presos por desobediência às ordens do mesmo estabelecimento. Felizmente o levantamento não ganhou terreno, pois o Exmo. Sr. Dr. Paranaguá [o Chefe de Polícia da Província], apenas teve a notícia, dirigiu-se ao local e fez conduzir à casa de detenção, presos, os trinta e tantos amotinados. (Linhares, 1977, p.32)

Localizamos alguns outros poucos registros daquele movimento, que precisam o número de trabalhadores cativos presos em 32 e reafirmam o objetivo de impedir o castigo de companheiros.

Sabe-se que o estabelecimento da Ponta da Areia, constituído de fundição e estaleiro organizados em muitas oficinas, era o maior estabelecimento privado do gênero na época, contando com cerca de 600 operários, sendo aproximadamente $\frac{1}{4}$ deles escravos. Sabemos também que muitos outros estabelecimentos fabris de então empregavam grande quantidade de escravos, o que permitiu a Geraldo Beauclair afirmar que existia “uma integração funcional (...) dentro da maioria das ‘fábricas’, entre os elementos livres e escravos, em nenhum momento deixando transparecer não pudessem os últimos alternarem-se com os primeiros nos trabalhos mais complexos (excluindo-se o pertinente à mestrança).” (Beauclair, 1992, p.181)

Assim, cabe argüir se seria possível dissociar episódios de greves/levantamentos de trabalhadores escravizados em estabelecimentos fabris,

como esse, do processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Não é difícil imaginar um nível mais geral de contato entre as trajetórias de escravizados, ex-escravos e livres no processo de formação da classe, não apenas nas fábricas, mas numa cidade em que vários espaços de trabalho foram por muitas décadas compartilhados por trabalhadores escravizados e livres.

De forma a melhor testar tal hipótese, este artigo busca apresentar um quadro, ainda que sintético, de três ordens de questões que, combinadas, possam ampliar nossa percepção sobre as complexas interações entre trabalhadores escravizados e livres no Rio de Janeiro do século XIX. Inicialmente, empreende-se uma rápida localização do “mercado de trabalho” na cidade. Em seguida, um apanhado das diversas modalidades de organização coletiva ensaiadas na época. Por fim, retorna-se às ações coletivas, como as acima discutidas.

Qual mercado de trabalho?

A primeira constatação a que chega o pesquisador que se defronta com os dados demográficos e ocupacionais do século XIX é a da extrema diversidade na composição da força de trabalho, gerando uma dificuldade em definir quem eram os trabalhadores urbanos na cidade, que se torna ainda mais complexa pelas mudanças relativamente bruscas nesta composição ao longo do século.

Assim, segundo o censo de 1821, a população total da cidade do Rio de Janeiro (freguesias



urbanas e rurais) era de 112.695 habitantes, sendo 55.090 escravizados e 57.605 livres Lobo, 1976, p.135). Em 1849, o levantamento censitário indicou a existência de 266.466 habitantes na cidade, 110.602 dos quais escravizados e 155.864 livres. Já em 1872, o número de escravizados caíra para a casa dos 48.939, enquanto a população da cidade crescera para 274.972, sendo 226.033 os habitantes livres. A explicar essas alterações, diversos fatores. Em primeiro lugar, o peso do tráfico de africanos na formação da força de trabalho urbano.

As estimativas de Paul Lovejoy estabelecem um total de 3.466.000 escravos exportados da África pelo Atlântico ao longo do século XIX (Lovejoy, 2002, p.217). Manolo Florentino estimou em 700.000 os africanos desembarcados no Rio de Janeiro, apenas no período de 40 anos compreendido entre 1790 e 1830 (Florentino, 2000, p.40). Nos últimos anos da década de 1840, Leslie Bethell calculou em 60 mil o número de africanos desembarcados anualmente no Brasil pelo tráfico de escravos (Bethell, 1976, p.336).

As proibições ao tráfico na primeira metade do século XIX, culminando com o fim da tolerância com o comércio de escravos em 1850, levaram à elevação do preço dos cativos, face à demanda das zonas de produção para exportação, o que acabou por estimular a sua venda da cidade para a zona cafeeira. Não se pode desconsiderar que o nível de tensão social (o temor branco das revoltas escravas, em especial), na maior cidade negra do mundo,

fosse um estímulo adicional para diminuir o contingente de cativos na Corte (Chalhoub, 1990).

O fato é que os espaços deixados pelos escravizados foram ocupados por trabalhadores livres, muitos dos quais imigrantes, em especial portugueses, que já ocupavam uma fatia de cerca de 30% dos empregos de livres na cidade nos anos 1830 (Ribeiro, 2002, p.180-181). A chegada de estrangeiros, portugueses em especial, após 1850, ganhou novas proporções quando confrontada ao total da população urbana. Segundo os cálculos de Luiz Felipe de Alencastro, os portugueses compunham cerca de 10% dos habitantes da Corte em 1849 e chegaram a 20% do total de habitantes em 1872, ainda que o ritmo de entradas de imigrantes lusos viesse decaindo nessa época (Alencastro, 1988, p.54).

É preciso cuidado, entretanto, ao utilizar a expressão mercado de trabalho para aquele momento. Não se tratava, por certo, de um mercado de trabalho livre assalariado, visto que a escravidão marcou, com maior ou menor peso, todo o período que se estende até 1888. Escravidão urbana caracterizada pela diversidade de formas de emprego da força de trabalho cativa.

A mais conhecida entre as especificidades do emprego urbano do trabalho escravo era a existência de escravizados – treinados em ofícios especializados ou não – que eram oferecidos por seus senhores para aluguel, bem como de outros que buscavam serviços ocasionais



pelas ruas da cidade em troca de uma remuneração monetária, cabendo ao escravizado repassar diária ou semanalmente uma quantia estipulada a seu senhor. Estes últimos eram os escravos de ganho, que muitas vezes “viviam sobre si”, com parte do arrecadado com seu trabalho e estavam definitivamente inseridos em relações monetárias, embora continuassem a ser propriedade de outrem. Daí a diversidade de especializações profissionais dos escravos no Rio de Janeiro, conforme demonstram os dados do censo de 1872, sistematizados por Luiz Carlos Soares, que ali encontrou as seguintes categorias profissionais dos cativos: “criados e jornaleiros”: 5.785, sendo 4.997 homens e 788 mulheres; ‘marítimos’: 527 (todos homens); ‘indústrias’: 2.135 operários cativos (todos homens); ‘costureiras’: 1.384; ‘artistas’: 497 (494 homens e 3 mulheres)” (Soares, 1988, p. 110). A estes deveremos somar os muitos sem registro de especialização profissional, muitas vezes empregados como carregadores (genericamente chamados justamente de “ganhadores”, em muitos registros de época). Conferindo registros de escravos de ganho na municipalidade, o mesmo autor localizou, entre 1850 e 1871, “2.715 [em 2.868 escravos de ganho registrados] escravos [que] não tiveram suas atividades mencionadas e seus senhores pediram autorização apenas para eles andarem ‘ao ganho pelas ruas” (Idem, p.116).

A dualidade das relações de trabalho em que os ganhadores estavam inseridos – mercantis na venda do serviço nas ruas e escravistas

no trato com os senhores – deve ser entendida como mais um fator a demonstrar a complexidade da escravidão – especialmente na situação urbana – e a proximidade entre trabalhadores escravizados e livres nos espaços de trabalho urbano.

Visto que a escravidão na cidade comportava diversas modalidades de exploração da força de trabalho, resta constatar que, mesmo entre os homens livres, não se configurou o típico mercado de trabalho assalariado até, pelo menos, os anos imediatamente anteriores à abolição. Em primeiro lugar, justamente porque uma das conseqüências dessa presença escrava no meio urbano diz respeito à fixação do preço da força de trabalho. Como demonstram Eulália Lobo e Eduardo Stotz, a partir de dados do setor fabril, “os preços dos alugueis [de escravos] provavelmente serviam como um patamar para a fixação dos salários” (Lobo e Stotz, 1985, p.57). Somando-se a esse fator o fato de que o preço dos escravos era decisivo na opção por incorporar um maior ou menor número de trabalhadores livres aos empreendimentos, podemos afirmar que, enquanto o peso da escravidão urbana foi elevado, a variação salarial dos trabalhadores livres não se pautava apenas pelos critérios clássicos de oferta e procura de mão-de-obra proletarizada.

É preciso destacar, também, que diversas modalidades de exploração não assalariada – quando não compulsória – desses trabalhadores foram implementadas. Um exemplo pode ser buscado entre os “engajados”, aqueles imigrantes,



especialmente açorianos, que em troca das despesas de viagem (normalmente fixadas pelo dobro de seu valor habitual) negociavam seu “passe” com os capitães dos navios, que os repassavam a brasileiros, para explorar seu trabalho por um período determinado como forma de pagamento da dívida. Isto foi mais freqüente nos momentos de maior afluxo de migrantes, como a década de 1850. Estima-se que esses engajados trabalhassem ao menos três anos para livrarem-se da dívida. Embora tal forma de exploração do trabalho fosse mais comum no campo que na cidade, também existia no meio urbano (Alencastro, 1988, p.38).

Outras formas de exploração do trabalho também poderiam ser lembradas, como o emprego de “africanos livres”, aqueles que apreendidos pelo Estado após a proibição do tráfico, prestavam serviços diretamente ao Estado ou a concessionários, por períodos que podiam ultrapassar duas décadas.

Tratava-se, portanto, de um processo de proletarianização e de formação de mercado de trabalho livre incompleto enquanto vigia a escravidão, ou pelo menos enquanto o contingente de escravos trabalhando na cidade foi suficiente para determinar os limites do assalariamento. Uma avaliação mais precisa demandaria o investimento na discussão de variados espaços e relações de trabalho no meio urbano. Dada a relativa variedade de estudos monográficos disponíveis, podemos nos ater a uma rápida caracterização de dois espaços de trabalho – a rua e a fábrica – para

precisar melhor os contornos de tal “mercado de trabalho”.

Nas ruas, até 1850, dominava amplamente o trabalho escravo. Mary Karash faz um apinhado das variadas ocupações dos escravizados nas ruas do Rio de Janeiro, destacando, entre outros, a presença de carregadores, almocreves, estivadores, aguadeiros, carregadores de dejetos, barqueiros, marinheiros, barbeiros-cirurgiões, acendedores de lampiões, varredores de rua e vendedores ambulantes (Karash, 2000, p. 259 e ss.). Luiz Carlos Soares também faz uma longa lista e menciona, entre as várias ocupações escravas, muitas comuns no sistema de ganho, em que predominavam os homens, as seguintes: estivadores, carregadores (de malas, de mercadorias, de objetos e etc.), cocheiros, barbeiros, cirurgiões, sangradores, tocadores de realejo, músicos, quitandeiros, barqueiros, pescadores, caçadores, “naturalistas” (que colhiam espécimes animais e vegetais) e “tigres” (que carregavam dejetos em tonéis para despejo fora das casas). (Soares, 1988, p. 117-126)

Após 1850 teria ocorrido, segundo Soares, uma concentração dos escravos nos serviços de transporte de carga, o que o leva a especular que, a partir de 1850, em outras atividades de rua, progressivamente os braços cativos ali empregados tenham sido substituídos pelos trabalhadores livres imigrantes. Conforme Soares, “se realmente a maior parte desses escravos foi empregada no transporte de carga, pode-se imaginar que já nos





anos 1850 tenha se manifestado mais intensamente no comércio ambulante a tendência de substituição dos cativos pelos trabalhadores livres imigrantes” (Idem, p.116).

A experiência do trabalhador escravizado nas ruas, muitas vezes “vivendo sobre si”, bem como a convivência com os trabalhadores livres, freqüentemente compartilhando as mesmas ocupações e buscando os mesmos “clientes” levou, com certeza, ao surgimento de diversas rivalidades e disputas. Mas, levou também ao surgimento de variadas formas de solidariedade em redes maiores ou menores de sociabilidade. Um bom exemplo é o das tropas de carregadores de café que, segundo Karash, “se organizavam em grupos para comprar a liberdade. Depois de fazer um sorteio para determinar quem seria libertado primeiro, trabalhavam pela liberdade de todos, permanecendo juntos até que todos fossem alforriados” (Karash, 2000, p. 265).

As fábricas são normalmente o espaço de trabalho privilegiado para os que procuram localizar a formação da classe trabalhadora assalariada típica do capitalismo. Porém, para a situação do Rio de Janeiro no século XIX, no ambiente fabril encontramos também a possibilidade de avaliar o grau de diversidade na exploração do trabalhador escravizado.

Cabe situar do que tratamos, ao falarmos em fábricas. Mencionamos acima o estabelecimento da Ponta D’Areia, de Mauá, reconhecidamente a maior fábrica privada dos anos 1850, com um capital de 1.250:000\$000Rs,

10 oficinas e empregando mais de 600 homens em sua fase áurea. Desse porte, existiam poucas fábricas no mesmo período, e o número de trabalhadores ocupados pelo empreendimento de Mauá só era superado por estabelecimentos do Estado, como o Arsenal de Guerra e o Arsenal de Marinha.

No perfil do setor secundário urbano do período predominavam, porém, as pequenas oficinas e mesmo a organização das grandes empresas ainda era de cunho manufatureiro. Eulália Lobo apresenta dados que sustentam melhor tal constatação. Entre 1790 e 1822, a autora constatou o crescimento em 11,5% do número de oficiais ou artesãos trabalhando no Rio de Janeiro. Em 1822 eram 30 os ramos artesanais e 233 os artesãos localizados na cidade, enquanto em 1852, contavam-se 46 ramos e 991 oficiais e artesãos. No final da década de 1850, a partir dos dados do recolhimento de impostos, a autora constata uma diminuição do número de oficiais artesãos, considerando ser a diminuição decorrente do “declínio da corporação e da tendência das fábricas, oficinas e do processo manufatureiro de produção absorverem esses trabalhadores manuais autônomos” (Lobo, 1976, p.176-180).

Já entre as fábricas, a autora observa um crescimento significativo ao comparar dados de anos próximos – 1857-1861 – quando o número de estabelecimentos fabris na cidade saltou de 765 para 1.117 e o setor de oficiais e oficinas decresceu de 1.228 para 984. Localizando os dados de número de empregados



referentes a 50 desses estabelecimentos fabris em 1857, a autora chega a 1.290 operários, “sendo 640 estrangeiros e 650 nacionais; 451 escravos e 199 livres. A média nessas empresas era de 25 operários” (Idem, p. 194 e 185). Após certo declínio no número de empresas fabris, entre os anos 1860 e 1870, os dados levantados por Eulália Lobo voltam a registrar o crescimento do setor entre o fim da década de 1870 e o início dos anos 1880, pois entre 1875 e 1881 há “um aumento das fábricas de 1.049 para 1.243”. O confronto dessas informações permite à autora falar de “uma transição do sistema artesanal e manufatureiro para o industrial nos ramos de tecidos, de chapéus, de calçados, de móveis e metalúrgicos, sendo que o primeiro já se encontrava em 1881 em plena fase industrial” (Idem, p. 205). Segundo o *Censo Industrial* do Rio de Janeiro, de 1907, o número de empresas registradas era menor, mas pelo porte dos empreendimentos é possível concordar com a tese da autora. Afinal, segundo aqueles dados, num total de 726 empresas, 216 eram pequenas (até cinco operários), 306 médias (de 6 a 40 operários) e 204 grandes (com mais de 40 operários por unidade). (Idem, p. 487-488) Aproximadamente metade daquelas empresas havia se estabelecido entre 1889 e 1907.

Já em relação ao emprego do trabalho escravo nas fábricas, Eulália Lobo localizou, nos registros da Junta do Comércio, entre 1809 e 1849, 101 empresas. Dessas, encontrou dados sobre a mão-de-obra em 36 fábricas, das quais

apenas 11 não declararam possuir escravos empregados. “Em 25 fábricas 424 empregados e operários eram livres e em 23, 418 escravos (em duas fábricas do primeiro total não havia determinação do número de escravos)” (Idem, p.120).

A “integração funcional (...) dentro da maioria das ‘fábricas’, entre os elementos livres e escravos” e o exercício das tarefas mais complexas pelos escravizados, de que nos fala Geraldo Beauclair, bem como a diversidade de ofícios exercidos pelos escravos, já mencionada por Luiz Carlos Soares (Beauclair, 1992 e Soares, 1988), explicam-se pelo empenho dos senhores em treinar seus escravos em ofícios especializados, de forma a valorizar seu investimento em braços cativos. Também o Estado, que possuía as maiores manufaturas do período, investia no treinamento em ofícios de seus “escravos da nação”. Estudando a Fazenda de Santa Cruz, expropriada dos jesuítas em fins do século XVIII, Carlos Engermann observou o grande número de trabalhadores escravizados especializados, muitas vezes “exportados” para outros empreendimentos públicos, como o Arsenal de Guerra, a Fábrica de Pólvora e obras públicas (Engermann, 2003, p.8).

Estudando a Fábrica de Pólvora da Estrela, também propriedade do Estado, situada no caminho que ligava as Minas Gerais ao Rio de Janeiro, Alinnie Monteiro, observou como, entre 1831 e 1850, havia uma intrincada combinação hierarquizada de emprego de trabalhadores livres, escravizados e “africanos livres”



nas várias oficinas do estabelecimento (além das roças anexas). (Monteiro, 2003, p.2)

Mesmo com o esvaziamento do contingente urbano de escravos, após 1850, era possível constatar a presença dos trabalhadores escravizados no setor fabril. Segundo os dados já mencionados do Censo de 1872, ainda havia 2.135 operários cativos trabalhando no setor secundário, além de 1.384 mulheres escravizadas classificadas como costureiras e 497 escravizados (494 homens e 3 mulheres) classificados como “artistas”.

Constatada a coexistência de trabalhadores escravizados e livres nos diversificados espaços do “mercado de trabalho” da cidade no século XIX, seria possível encontrar trocas de experiências associativas e de ação coletiva?

Associações

Mencionamos, no início deste artigo, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense. Tal associação era uma entre centenas existentes na época. Com inspiração em suas congêneres internacionais, francesas em especial, as associações mutualistas, ou sociedades de socorro mútuo, organizavam-se a partir da livre associação de filiados que, em geral, pagavam uma “jóia” para ingressar e contribuía com uma mensalidade, para ter direito a recorrer ao caixa da mutualidade em função de determinadas necessidades, como auxílios em casos de doença e para enterros – as formas de auxílio mais comuns nos estatutos –, bem como em casos de invalidez, prisão ou pensões para viúvas.

Os requisitos para filiação variavam, organizando-se algumas dessas associações por origem nacional dos sócios, por proximidade das residências, de forma “cosmopolita” (abertas a qualquer um) ou ainda, como no caso da Tipográfica, com um caráter profissional – reunindo trabalhadores, geralmente do mesmo ofício ou empresa – o que as aproximava dos interesses coletivos dos seus associados no que tange às questões do mundo do trabalho. Nestes casos, além do socorro mútuo, algumas associações incluíam em seus objetivos a defesa do ofício e a instrução, quase sempre profissional (por meio de aulas e/ou bibliotecas), dos associados. Era natural que os trabalhadores fossem os mais interessados em pertencer a tais sociedades, visto que, na ausência de qualquer política pública previdenciária e diante da realidade de baixos salários e alto custo de vida, a constituição de caixas por contribuição solidária poderia ser decisiva para amenizar a dureza das condições de sobrevivência.

Investigando estatutos e processos de registro, podemos localizar centenas dessas organizações. Eduardo Stotz localizou 67 associações de caráter cosmopolita e 48 de caráter profissional, em 1883 (Stotz, 1984, p.66). Localizamos muitos exemplos de associações com caráter de aglutinação de um grupo profissional, como a Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval, fundada em 1858; a Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional, fundada em 1872 e a Associação dos Empregados do Comércio do Rio de Janeiro, fundada em 1880.



Os objetivos explícitos dessas entidades poderiam ser definidos em termos de instrução, moralização e solidariedade, como fazia a Associação dos Artistas Brasileiros “Trabalho, União e Moralidade”, que definia ter por fim:

(...) promover o gosto e o amor ao trabalho em proveito do país, progresso das artes, e reputação dos artistas brasileiros; unir em uma só e grande família os filhos do trabalho, para que, da força proveniente de sua união, e com a quota pecuniária de cada um, se protejam, e se amparem mutuamente como irmãos em todos os trabalhos e calamidades da vida; moralizar e instruir pelo exemplo, pelos conselhos, e pela doutrina escrita aos artistas e operários, para que tenham no país a reputação e importância social de que gozam seus irmãos nos países ilustrados.

Indo um pouco além, tal espírito associativo poderia ser definido em termos mais amplos, como não apenas um mecanismo compensatório para suprir carências e permitir a ascensão e o reconhecimento social de seus membros, mas também como embrião de um modelo menos desigual de organização social, em que a cooperação entre as classes predominasse sobre a exploração. Como definiam os membros da Associação Tipográfica Fluminense, em 1881:

O espírito de associação, estabelecendo relações e confraternizando todas as classes da sociedade para se ajudarem mutuamente, é um dos elementos que poderosamente tem contribuído para o desenvolvimento da sociedade. A esse espírito devem neste século as classes operárias o melhoramento das condições de sua existência, criando por toda parte associações de caridade, tendo por divisa o sagrado símbolo da redenção e o grande dogma da igualdade universal que transformou completamente o mundo e chamou irmãos todos os homens.

Também aconteceu de certas associações, a partir dos anos 1870, buscarem reunir trabalhadores dos mais diversos ofícios em uma mesma organização, como a Sociedade Beneficente Liga Operária, de 1872, formada segundo seus estatutos “pela reunião de todos os operários e artistas nacionais e estrangeiros” e que também apresentava entre os seus fins representar os interesses dos associados, só que de forma bem mais ampla, pois afirmava procurar “por todos os meios ao seu alcance, melhorar a sorte de todas as classes operárias”. Apesar da existência de rivalidades entre trabalhadores nacionais e estrangeiros na disputa por postos no mercado de trabalho, o projeto associativo envolvia a superação de tais rivalidades por uma perspectiva de solidariedade maior.





Otaviano Hudson, um dos fundadores da Liga, afirmava que seus objetivos maiores seriam: “A igualdade e a fraternidade reinará nesta associação, composta de nacionais e estrangeiros, a divisa será um por todos e todos por um. Proteção mútua, união, amor ao trabalho e instrução”.

Uma proposta que parece, de início, ter sido bem acolhida, pois os registros das primeiras assembléias da Liga contabilizam até 900 presentes e 1.500 sócios quando de sua fundação. Um número relativamente alto face os dados disponíveis em relatórios de associações que reuniam trabalhadores de um único ofício, embora exceções de associações mais concorridas possam ter ocorrido. Dados de 1877 indicam que existiam poucas mutuais de ofício/profissão com mais de 400 associados. Por outro lado, na mesma data, muitas eram as associações de caráter “cosmopolita” que reuniam mais de 1.000 associados.

No fim da década de 1870, já era possível associar o surgimento de uma organização mutual não só a um grupo profissional, como também à luta de tal grupo por uma demanda relativa ao trabalho, em oposição aos interesses patronais. Tal foi o caso da já citada Associação dos Empregados do Comércio, cuja origem esteve vinculada, segundo suas memórias oficiais, à luta dos caixeiros contra a abertura das casas comerciais aos domingos. Criada em 1880, a associação dos caixeiros era uma idéia mais antiga, que só teria encontrado condições de frutificar a partir de 1879, pois naquele ano,

segundo seu *histórico*: “a classe dos caixeiros foi despertada ao novo perpassar de uma idéia para ela vantajosa, e que, antes apresentada, fora logo sufocada ao nascer. Tratava-se de suprimir do comércio o trabalho aos domingos e outros dias de guarda...”

Nas décadas seguintes, outras experiências organizativas iriam surgir e conviver, em situações de disputa ou complementaridade de modelos associativos. Em certos casos, é possível mesmo traçar quadros de convergência entre os esforços de associação dos trabalhadores por um período largo de tempo. Assim, por exemplo, encontramos entre os militantes socialistas do início da República, alguns organizadores ou dirigentes de mutuais nas décadas anteriores. Era o caso de José Veiga, tipógrafo, editor, nos anos 1870, da citada *Tribuna Artística*, propagadora da proposta associativa das mutuais, que em 1890 editava *A Voz do Povo*, um dos primeiros periódicos socialistas do país, defensor da necessidade de criação de um Partido Operário (Batalha, 1995).

Nos anos seguintes, surgiriam e se desenvolveriam outras formas de associativismo entre trabalhadores que, com denominações diferentes (ligas, uniões, resistências, coletivos e etc.), possuíam um sentido mais próximo da representação dos interesses de classe típica dos sindicatos. A existência de partidos e sindicatos como experiências de associação de trabalhadores urbanos não significou, porém, a extinção das modalidades mutuais de associativismo. Ao contrário, no início do século era



possível constatar a existência de um grande número de mutuais no Rio de Janeiro, embora o número de sócios em muitas delas pudesse ser menor do que o observado três décadas antes. Isso se explica pelo fato de as mutuais responderem por necessidades de seguridade social que, no geral, não se encontravam contempladas pelos sindicatos e ainda não eram alvo de atenção das políticas públicas.

As mutuais, entretanto, não constituíam uma experiência que se construiu do zero. O associativismo dos trabalhadores possuía raízes mais antigas. Desde o período colonial, as Irmandades foram uma forma de associação muitas vezes apropriada por negros – escravos e libertos – com conotações de organização, chegando mesmo em alguns casos ao papel de aglutinação de lutas coletivas. Eram também, na origem, os núcleos básicos de organização das corporações de artesãos portugueses e assim se mantiveram no Brasil até a primeira metade do século XIX. Conforme Eulália Lobo, na tradição portuguesa “os ofícios eram divididos em 24 corporações que elegiam os seus juízes, formando a Casa dos 24 (...) e que por sua vez, elegiam um presidente denominado juiz do povo e um escrivão, os quais participavam do Senado da Câmara. (...) Os 24 grêmios organizavam-se em Irmandades ou Confrarias”. No caso do Rio de Janeiro, ainda segundo a mesma autora, “parece não ter havido Casa dos 24, mas os oficiais mecânicos eram representados no Senado da Câmara pelos mestres” (Lobo, 1976, p.109-110).

Entre as irmandades tipicamente corporativas encontravam-se, no início do século XIX: a Irmandade de São José (pedreiros, carpinteiros, ladrilheiros, marceneiros); a de São Jorge (serralheiro, ferreiro, cuteleiro, espingardeiro, pilheiro, latoeiro, funileiro, caldeireiro, cepadeiro, dourador, seleiro); a Irmandade de Santo Elói (ourives); e a Irmandade de São Crispim e São Crispiano (sapateiro).

Nos anos seguintes, ainda era comum criar Irmandades com um cunho profissional bastante explícito, como a Irmandade de S. João Batista dos Operários do Arsenal de Marinha da Cidade e Corte do Rio de Janeiro, constituída de 1851, definida em seu Compromisso como “a associação de todos os operários do mesmo Arsenal”, com objetivos, para além dos religiosos, de auxílio mútuo. Caso semelhante ao da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Corpo Policial do Rio de Janeiro, dos anos 1880, que admitia apenas oficiais ou praças de pré do Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro, que incluía entre seus objetivos o pagamento de pensões a familiares próximos.

Também foi fruto da tradição portuguesa a criação de irmandades que agrupassem escravos de origem africana. Em Lisboa, a primeira irmandade de africanos, a de N. S. do Rosário, foi instalada em 1460 e seu compromisso inspirou as congêneres da América Portuguesa (Soares, 1997, p.15). No Rio de Janeiro do século XIX muitas irmandades negras, algumas seculares, mantinham grupos significativos de escravos e libertos, nacionais ou africanos, unidos por



perspectivas de solidariedade, religiosidade e/ou cultivo de tradições. Mary Karasch encontrou 12 Igrejas, instalando 24 irmandades de negros e pardos no Rio de Janeiro, entre 1753 e 1852 (Karasch, 2000, p.134-135). Apenas na Freguesia de Sacramento, Anderson Oliveira encontrou seis irmandades negras no século XIX: N. S. da Lampadosa; Santo Elesbão e Santa Efigênia; São Gonçalo Garcia e São Jorge; São Domingos; N. S. da Conceição e N. S. do Rosário e São Benedito (Oliveira, 1995, p.157).

João José Reis estudou as Irmandades negras na Bahia e no Rio de Janeiro e encontrou espaços variados de manifestações identitárias (algumas opondo negros de origens étnicas diferentes), em momentos festivos e religiosos, mas localizando também episódios de resistência ao lugar social do negro – balizado pela escravidão – na sociedade. Para o autor, as irmandades desempenharam importante papel na “formação de uma ‘consciência negra’, embora consciência dividida, que desabrochou no Brasil com o fim do regime colonial. É incontestável o valor que tiveram como instrumento de resistência. (...) Seu limite maior, evidentemente, foi a própria escravidão, que, entretanto, não foi aceita sem críticas” (Reis, 1997, p. 29).

Tal dualidade, entre o sentido original das irmandades negras, de cristianizar os escravos submetendo-os aos padrões religiosos dos senhores (que justificavam a escravidão) e seu potencial de resistência, seria percebida com mais agudeza pelos representantes da ordem senhorial nos momentos de temor das revoltas de escravos.

Flávio Gomes localizou, em 1835, ano da “revolta dos malês” em Salvador, correspondências de autoridades judiciais e policiais indicando grande preocupação com as irmandades de “homens de cor” (Gomes, 1998, p.75).

Mais interessante é notar que, na segunda metade do século, trabalhadores negros também buscaram organizar Associações Benéficas ou de Auxílio Mútuo, que mantinham o objetivo de atender enfermos, viúvas e garantir enterros (de resto já presentes nas irmandades), mas avançavam ao admitirem livres e escravos, ao recortarem seu universo potencial de associados por uma origem étnica ou pela cor, ou ainda por apresentarem como finalidade apoiar financeiramente a compra da liberdade de associados. São associações como a Sociedade Beneficente da Nação Conga, criada antes de 1861, ou a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, de 1874. Os Estatutos da Sociedade Beneficente da Nação Conga, que se apresentava no requerimento de aprovação como “protetora da Sociedade do Rosário e São Benedito”, incluíam benefícios semelhantes aos das demais mutuais entre seus objetivos, mas definiam assim sua composição:

Art.1º – A Sociedade denomina-se Beneficente da Nação Conga, será composta de pessoas que pertençam à mesma nação, e que sejam livres, podendo ser admitidos em seu grêmio os filhos e filhas das mesmas nascidas



neste Império, e que sejam de cor preta, e compor-se-á de ilimitado número de sócios e sócias efetivos, e 20 honorários.

Tal definição gerou polêmica entre os membros do Conselho de Estado. O fato de a sociedade propor a associação a partir de critérios de nacionalidade não deveria ser encarado como uma novidade, pois diversas mutuais se organizavam a partir desse tipo de critério. Mas isto não era assim tão simples se a nação em pauta era africana e os membros da sociedade eram definidos em termos raciais. Por isso, instalou-se um debate entre os conselheiros sobre a pertinência ou não dos critérios de admissão dos associados, tendo prevalecido a posição que defendia que “A tal Nação Conga não é nacionalidade estrangeira, sim uma horda bárbara da África, e os tais sócios são escravos livres, ou destes nascidos (...) Creio que não convém aprovar associações [apenas] de pretos, mulatos, caboclos”. Por isso, o parecer acabou sendo negativo e a associação não foi registrada.

O objetivo daquele grupo, entretanto, não foi enterrado, pois mais de 10 anos depois muitos dos que assinaram a ata daquela sociedade voltavam a assinar o pedido de registro de uma Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amigos da Consciência”. A cláusula primeira de aceitação de sócios da nova sociedade era mais ampla que a de sua antecessora, pois definia que para ser sócio o candidato devia pertencer “a Nação

Conga ou a qualquer outra porém africana.” Seus objetivos, porém, eram os mesmos: assistência na doença ou na morte.

Desta feita, houve unanimidade entre os conselheiros para rejeitar o pedido de registro dos Estatutos, alegando-se várias falhas técnicas no processo, inabilitação dos responsáveis e, parece que a razão central, o fato de que “intitulando-se da Nação Conga admite sócios de outras procedências africanas, e sem declarar que livres, pode julgar-se com direito a admitir escravos, o que não é permitido pelas leis.”

Na mesma época em que analisaram os Estatutos da segunda beneficente da Nação Conga, os conselheiros estudaram também o pedido da Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor. Neste caso, os estatutos eram mais explícitos em aprovar a associação “homens de cor” livres ou escravos afirmando que o sócio poderia ser “livre, liberto, ou mesmo sujeito, de cor preta, de um ou outro sexo”. Os Estatutos também eram mais amplos no tipo de benefícios que propunham, pois o primeiro artigo definia que a sociedade tinha por fim “promover tudo quanto estiver a seu alcance em favor dos seus membros”. Mais adiante ficava explícita a proposição de filiar escravos e fazer de tudo “a favor de seus membros”, quando se definia que “os sócios sujeitos ganharão da vantagem de entrar no sorteio (...) para a libertação; e uma vez libertos poderão exercer todos os cargos da Sociedade”.

Se os organizadores da associação foram mais explícitos em seus objetivos, os conselheiros





seriam ainda mais objetivos, negando o registro não apenas com base em tecnicidades, mas também porque “Os homens de cor, livres, são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando escravos não tem direito a associar-se. A Sociedade especial é pois dispensável e pode trazer os inconvenientes da criação do antagonismo social e político”. Os conselheiros aconselhavam, ainda, no que diz respeito às duas associações, o governo imperial a “tomar conhecimento reservado, por meio da Polícia, dos indivíduos que as promovem e das circunstâncias que lhes dão causa”.

Porém, libertar escravos já era, havia mais tempo, parte dos objetivos de algumas sociedades beneficentes, como a Sociedade Filantrópica Liberdade Constitucional, de 1831 e várias irmandades, e a tradição se ampliou na segunda metade do século XIX, para as entidades mútuas. O fato novo é que, nos anos finais da escravidão, surgiam ligações entre tais associações e movimentos – de trabalhadores livres ou escravos – indicando padrões diferentes de organização e ação coletivas.

Movimentos

A literatura memorialística e os estudos históricos registram algumas outras greves como a dos tipógrafos de 1858, acontecimento comentado no início deste artigo. Para citarmos três casos de movimentos com reivindicações típicas de assalariados, podemos mencionar a luta dos caixeiros contra a abertura do comércio aos domingos, em 1866;

a greve dos cocheiros da Botanical Garden, em 1873, demandando a readmissão de companheiros demitidos; ou a greve dos operários em construção, em 1888, por pagamento de atrasados (Lobo, 1992).

É possível encontrar também outros movimentos de escravos semelhantes ao comentado na Ponta da Areia. Como o movimento citado por Flávio Gomes, dos escravos de uma fábrica de velas e sabão na Gamboa, em 6 de setembro de 1854 (Gomes, 1998, p.66). Movido, ao que informam as autoridades e os jornais, por um descontentamento ante a ameaça de os escravos envolvidos serem vendidos, o protesto – chamado de “tentativa de insurreição” pelos jornais da Corte – resultou em cerca de 30 prisões, havendo indicações de um número ainda maior de participantes.

Não era uma novidade que trabalhadores escravizados empregados em fábricas utilizassem seu ambiente de trabalho coletivo como trincheira para rebeliões. Um outro exemplo: em 15 de abril de 1833, teve lugar uma “insubordinação dos escravos, que trabalhavam na loja de caldeireiro administrada por Rodrigo Pinto da Costa, na rua da Alfândega nº 70”, conforme definiu um relatório posterior. Catorze escravizados se recusaram a cumprir ordens do administrador e resistiram às tropas chamadas a prendê-los, usando suas ferramentas de trabalho como armas. Ao fim do conflito, o escravo de nome Calixto, tido como o “cabeça” da insubordinação, estava morto.



No movimento da Gamboa, as causas também envolviam uma questão tipicamente escrava – a venda –, como o castigo no movimento da Ponta da Areia. Porém, mesmo não se tratando de paralisações com demandas tipicamente salariais, como a dos tipógrafos, eram movimentos de trabalhadores escravizados concentrados em estabelecimentos fabris que encontravam na suspensão do trabalho uma forma de protesto válida. A polícia sempre os tratou como sublevação ou levante, reprimindo-os rápida e exemplarmente, ao contrário da greve dos tipógrafos, que se prolongou por mais de um mês e teve no Chefe de Polícia um intermediário/negociador, mas não um executor da repressão direta.

Em termos de movimentos sociais, porém, o mais significativo na segunda metade do século XIX foi, certamente, o abolicionismo. O movimento foi tradicionalmente caracterizado como movido por homens livres, quase sempre brancos, letrados, que no Parlamento e nas ruas batalharam por uma legislação que acabasse com a escravidão no país. Nabuco, por exemplo, localizava o abolicionismo como um movimento bem sucedido, que em dez anos (1879-1888) havia conseguido seu intento de acabar com a mácula da escravidão, libertando os cerca de 2 milhões de escravos que restavam no país (em 1879, segundo suas estimativas) e livrando o Brasil da pecha de último país a conservar a escravidão nas Américas. Listava cinco frentes distintas que contribuíram para o sucesso do movimento, mencionando a disputa da opinião pública, a ação parlamentar, a atuação

dos governantes e da Monarquia, as atividades dos que organizaram fugas e mesmo as concessões dos proprietários.

Porém, se no registro clássico de Nabuco, que orientou gerações posteriores de estudiosos do abolicionismo, muitas foram as forças que contribuíram para o sucesso do movimento, entre elas não estavam os próprios escravos. Teses recentes, entretanto, vem ressaltando a importância das lutas dos escravos contra a escravidão no processo que culminou com a abolição, concluindo que “sem a adesão franca dos escravos, manifestada por meio de fugas em massa, o projeto abolicionista não teria a mínima chance de êxito” (Silva, 2003, p.33). Vem sendo possível conhecer melhor também, em ponto que interessa mais diretamente aos objetivos deste artigo, a vinculação entre o movimento abolicionista e as organizações de trabalhadores, livres e escravos, que comentamos na seção anterior. Para o caso paulista, já estão sendo estabelecidas as várias conexões entre o abolicionismo de Luís Gama ou a luta dos caifazes, com as irmandades negras – como as de N. S. dos Remédios, Rosário e Santa Efigênia –, bem como com os primeiros setores organizados do operariado.

Para o caso do Rio de Janeiro, algumas evidências no mesmo sentido podem ser aqui rapidamente apresentadas. É o caso do cruzamento de personagens, movimentos e associações envolvido no episódio da conferência de Vicente de Souza, em março de 1879, no Teatro São Luiz, com o tema “O Império e a escravidão:



o parlamento e a pena de morte” (Batalha, 1995, p.29). Vicente Souza, naquele momento unindo a luta abolicionista a um republicanismo radical, seria anos depois um dos líderes socialistas a tentar fundar partidos operários nos primeiros momentos da República. Mas, o mais interessante é que a conferência de 1879 foi promovida pela Associação Tipográfica Fluminense, pioneira, como se vê, não apenas no apoio a greves como também na luta pela abolição.

É fato que nem sempre havia cumplicidade entre a trajetória da luta dos escravos pela liberdade e luta operária, existindo mesmo confrontos por espaço no mercado de trabalho. Porém, há episódios que revelam um nível bastante elevado de inter-relação entre organizações, formas de ação coletiva e movimentos sociais de trabalhadores escravos e livres. Como a surpreendente trajetória do líder padeiro João de Mattos. Seu relato começa na cidade de Santos, em 1876, quando organizou um “levante” – “que eram as mesmas greves de hoje” (Duarte, 2002, p. 64). A ação de João de Mattos, então trabalhando como padeiro naquela cidade, consistia na organização de todos os escravizados que trabalhavam nas 5 padarias de Santos (com o apoio dos livres que com eles compartilhavam o ofício) para paralisarem o trabalho e fugirem, em ato contínuo. Enquanto preparava-se a fuga, eram forjadas cartas de alforria que permitiriam que os fugitivos encontrassem trabalho no campo, como livres. Preso, dois meses após a fuga, em São Bernardo, foi levado para Santos, passando três meses na cadeia.

Como não houve testemunho para incriminá-lo, João foi solto, com a condição de não mais voltar à cidade.

Migrou para São Paulo, em 1877, onde organizou os escravizados das 11 ou 12 padarias da cidade para um “levante” do mesmo tipo. Na justificativa dos atos praticados por ele e seus companheiros, organizando as fugas, João de Mattos denunciava o arbítrio patronal, equiparando livres e escravos, por ele chamados de escravizados “livres” ou “de fato”: “Os patrões eram demais carrascos e abusaram do seu poderio. Os empregados escravizados livres, as prerrogativas eram as mesmas dos de fato, por qualquer coisa davam sopapos, pontapés, empurrões pela porta afora” (Idem, p. 65). Com o grupo de fugidos de São Paulo, usando a mesma estratégia das cartas de alforria falsas para encontrar emprego em fazendas no interior, migrou para a província do Rio de Janeiro, chegando à Corte em 1878.

Na capital fundou, em 1880, um “Bloco de Defesa” dos padeiros, denominado “Sociedade de Combate dos Empregados de Padaria com o lema Pelo Pão e pela Liberdade” (Idem, p. 67). O “Bloco de Defesa”, entretanto, era clandestino, pelo seu fim “criminoso” de “guerrear a propriedade escrava”, escondendo-se sob o disfarce de um “Curso de Dança”. Por tal organização, que contava com cerca de 100 associados, montaram-se novos “levantes” parciais e um levante geral, com a fuga na direção de Barra do Piraí. Na volta ao Rio, João de Mattos foi novamente preso, por denúncia de um membro da



Sociedade, que vendeu a informação por 100\$000 réis. Defendido por Saldanha Marinho, voltou à liberdade após 3 meses.

O fim da escravidão não significou o fim das lutas de João de Mattos e seus companheiros padeiros, pois conforme seu argumento, após destruir o “poderio escravocrata de fato”, nas lutas seguintes haveriam de conseguir “destruir a dos escravizados livres, que continuam só com o direito de escolher este ou aquele senhor” (Idem, p. 71). Assim, o militante padeiro esteve envolvido, nos anos seguintes, na criação da Sociedade Cooperativa dos Empregados de Padaria no Brasil, em 1890, bem como da Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados de Padaria, em 1898, que mais tarde daria origem ao sindicato da categoria, com o lema “Trabalho, Justiça e Liberdade, sem distinção de cor, crença ou nacionalidade” (Idem, p.76). Da sociedade surgiria o jornal *O Panificador*, assim como uma biblioteca. A organização atuou tanto nas lutas diretas contra os patrões quanto na luta institucional, através de petições ao Congresso Nacional.

A trajetória de João de Mattos e de seus companheiros parece confirmar a hipótese central que anima todo este artigo: entre as lutas dos escravos pela liberdade e as primeiras lutas de trabalhadores assalariados urbanos, na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, existiam elos significativos e compartilhamento de experiências – de trabalho, de organização, de ação coletiva – essenciais para uma

compreensão mais ampla do processo de formação da classe trabalhadora.

Tal hipótese vem sendo sugerida tanto por estudos de especialistas em escravidão, quanto por estudiosos do movimento operário, embora nem sempre a convergência seja assumida (Negro, 1996 e Lara, 1998). Exemplos muito ricos de trabalhos recentes que caminharam nesta direção alimentaram a reflexão aqui apresentada (Cruz, 1998 e 2000; Reis, 1988 e 2000 e Lorner, 2001).

Afinal, se pensamos a classe “como processo e relação” (Wood, 2003 e Thompson, 2001), e não como um lugar estrutural, não há como fugir ao fato de que mesmo sem querer demonstrar uma evolução direta entre a escravidão urbana e a formação da classe trabalhadora assalariada, não é possível explicar o processo de formação da classe, instituindo um marco inaugural em 1888, ou recuando no tempo apenas para buscar experiências de trabalhadores livres.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos*, nº 21. São Paulo: Cebrap, 1988.
- AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionismo na província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2003.
- BATALHA, Cláudio. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século



- XIX. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1995, v.2.
- _____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos do AEL*, nº 11/12. Campinas: 2000.
- BEAUCLAIR, Geraldo de. *Raízes da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.
- BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. São Paulo: Expressão e Cultura/Edusp, 1976.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil. Comunicação apresentada no XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH. Niterói: jul. 2001, [mimeo].
- CRUZ, Maria Cecília Velasco e. *Virando o jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado São Paulo: USP, 1998.
- _____. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, nº 24. Salvador: 2000.
- DUARTE, Leila. *Pão e liberdade: uma história de padeiros escravos e livres na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: APERJ/Mauad, 2002.
- ENGERMANN, Carlos. Estado, escravidão e trabalho: Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820). Comunicação apresentada ao XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. João Pessoa: 2003, [mimeo].
- FLORENTINO, Manolo. Um comércio singular: tráfico e traficantes de africanos no Rio de Janeiro (1790-1830). *Oceanos*, Lisboa: 2000, v. 44.
- GOMES, Flávio. História, protesto e cultura política no Brasil escravista. In: SOUZA, Jorge Prata de (Org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.
- KARASH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, nº.16. São Paulo: fev.1998.
- LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro* (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. v.2
- LOBO, E.M.L. (Org.) *O Rio de Janeiro operário*. Rio de Janeiro: Acess, 1992.
- LOBO, Eulália M.L.; STOTZ, Eduardo N. Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. *Estudos Econômicos*, nº 15. São Paulo: 1985.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Unitrabalho/EdUFPEl, 2001.
- LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



- LUCA, Tania de. *O sonho do futuro assegurado* (o mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto, 1990.
- MAMIGONIAM, Beatriz. Revisitando o problema da “transição para o trabalho livre” no Brasil: a experiência de trabalho dos africanos livres. *Jornadas de História do Trabalho*. Pelotas: 2002.
- MONTEIRO, Alinnie S. Trabalhadores do Império: os africanos livres na fábrica de pólvora da Estrela. Serra da Estrela, Rio de Janeiro, c.1831 - c.1850. XXIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. João Pessoa: 2003, [mimeo].
- NEGRO, Antonio Luigi. Imperfeita ou rarefeita? O debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora inglesa. *Revista Brasileira de História*. nº. 31/32. São Paulo: 1996, v. 16.
- OLIVEIRA, Anderson J. Machado de. Devoção e caridade: irmandades religiosas no Rio de Janeiro imperial (1840-1889). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1995.
- QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras*: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890). São Paulo: Annablume/Faperj, 2002.
- REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista da USP*. São Paulo: 1988.
- _____. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, nº3. Niterói: junho de 1997.
- _____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. *Afro-Ásia*, nº24. Salvador: 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção*: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Faperj/Relume-Dumará, 2002.
- SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a Abolição da escravidão*: uma investigação de história cultural. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- SOARES, Luiz Carlos. A manufatura na formação econômica e social escravista do Sudeste, um estudo das atividades manufatureiras na região fluminense. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1980.
- _____. A manufatura na sociedade escravista: o surto manufatureiro no Rio de Janeiro e suas circunvizinhanças (1840-1870). In: MAURO, F. (Org.) *La préindustrialization du Brésil*. Paris: CNRS, 1984.
- _____. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. nº16. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1988.
- SOARES, Mariza de Carvalho. *Identidade étnica, religiosidade e escravidão*: os ‘pretos minas’ no Rio de Janeiro (século XVIII). Tese de Doutorado. Niterói: UFF, 1997.
- SOUZA, Jorge Prata de. A mão-de-obra de menores escravos, libertos e livres nas instituições urbanas. In: SOUZA, J. P. de (Org.) *Escravidão*: ofícios e liberdade. Rio de Janeiro: APERJ, 1998.
- STOTZ, Eduardo. A formação da classe operária: Rio de Janeiro, 1870-1890.



- Relatório de Pesquisa. Niterói: 1984, [mimeo].
- THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e 'falsa consciência'. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: EdUnicamp, 2001.
- VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.
- _____. Operários livres e cativos nas manufaturas: Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX. *Jornadas de História do Trabalho. Pelotas*: nov. 2002, [mimeo].
- WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

Abstract – *The final decades of the nineteenth century watched major transformations in the profile of the work force in the city of Rio de Janeiro, with progressive decrease in the use of slave manpower, present on large scale up to 1850. This phase shows the dawn of freemen's associations and of collective movements, such as strikes. This article raises the hypothesis that there were remarkable links between the slaves' struggle for freedom and the first struggles of payed urban workers as well as the sharing of experience related to work, organization, and collective action – essential to a broader understanding of the constitution of the working class..*

Keywords: *class formation; urban slavery; Rio de Janeiro.*

Resumen – *Las últimas décadas del siglo XIX fueron un período de grandes transformaciones en el perfil de la fuerza de trabajo en la ciudad del Río de Janeiro, con un proceso de progresiva disminución de la utilización de la mano-de-obra esclavizada, empleada en larga escala en la ciudad hasta 1850. Ocurre en esa etapa un primer momento de organización de asociaciones de trabajadores libres y de movimientos colectivos, como las huelgas. En este artículo, se plantea la hipótesis de que entre las luchas de los esclavos por la libertad y las primeras luchas de trabajadores asalariados urbanos existirían enlaces significativos y división de experiencias – de trabajo, de organización, de acción colectiva –, esenciales para una comprensión más amplia del proceso de formación de la clase trabajadora.*

Palabras-clave: *formación de clase; esclavitud urbana; Río de Janeiro.*



Notas

- ¹ *Jornal dos Typographos*, Rio de Janeiro, 14/01/1858, p.1. Todas as citações de fontes de época tiveram sua grafia atualizada, em acordo com as normas ortográficas atualmente vigentes.
- ² *O povo soberano*, Rio de Janeiro, 3/05/1858, p. 3 (indica-se que o artigo fora transcrito do *Jornal dos Typographos*)
- ³ *Estatutos da Imperial Associação Typographica Fluminense*. Rio de Janeiro, 1866. Biblioteca Nacional (BN).
- ⁴ Ver as pequenas notas dos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, de 26/11/1857 e do *Jornal do Commercio*, na mesma data, bem como de *A Pátria*, no dia seguinte. Não conseguimos localizar referência ao episódio na documentação policial da época.
- ⁵ Brasil. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 10 de agosto de 1872*. Rio de Janeiro, s.e., 1872.
- ⁶ Lobo, 1976, apresenta dados sobre o custo de escravos especializados, que custariam 150\$000 em 1821, passaram a cerca de 1:100\$000 em 1842 e a 1:180\$000 em 1857.
- ⁷ Mamigonian, (2002, p.1) estima em 11.000 os “africanos resgatados do tráfico e que foram forçados a trabalhar por 14 anos sob a tutela do governo imperial, (...) entre 1821 e 1856 (...) distribuídos entre instituições públicas e concessionários particulares.”
- ⁸ Este capital da empresa, em 1851, era bastante significativo, bastando, para constatá-lo, compará-lo ao orçamento Império na época, de cerca de 27.000:000\$000Rs, segundo dados de Beauclair (1992, p. 156-158).
- ⁹ O número de operários empregados no estaleiro varia conforme o momento e a fonte. Vitorino (2002, p.7), localiza, em 1856, 622 operários, sendo 441 livres e 181 escravos. Já Soares (1984, p. 33), menciona, para 1857, 667 empregados na planta, sendo 507 livres (300 estrangeiros e 207 brasileiros) e 160 escravos, em Soares, Luiz Carlos. “A manufatura na sociedade escravista: o surto manufatureiro no Rio de Janeiro e suas circunvizinhanças (1840-1870)”.
- ¹⁰ O Arsenal de Guerra, por exemplo, contava com 840 operários em 1851. (Souza, 1998, p. 51)
- ¹¹ Soares, L. C., “Os escravos de ganho...”, op. cit., p. 110.
- ¹² Estatutos e processos de legalização destas entidades podem ser encontrados na BN, ou nos códices do Conselho de Estado do Arquivo Nacional (AN). Para uma análise geral destas organizações no período ver Batalha (2000). Para o caso paulista, ver Luca (1990).
- ¹³ Estatutos citados em Guimarães, Joaquim da Silva Mello. *Instituições de previdência fundadas no Rio de Janeiro...* Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1883, p. 69. BN.
- ¹⁴ *Relatório da Imperial Associação Typographica Fluminense*. Rio de Janeiro, 1883. BN.
- ¹⁵ *Estatutos da Sociedade Beneficente denominada Liga Operária*. Rio de Janeiro, Typ. da Reforma, 1872, p. 3. Ver também, os Estatutos do Corpo Coletivo União Operária, de 1880, que também previam “tratar dos interesses gerais da classe operária e das artes no país”, além de apresentarem a proposta de publicar um periódico, a *Gazeta dos Operários*, com a colaboração de Otaviano Hudson. AN, Conselho de Estado (1R); CODES. Caixa 559/ Pacote 2/ Documento 14.
- ¹⁶ *Tribuna Artística*. Rio de Janeiro, 25/02/1872. Apud Vitorino, (2002, p. 12).
- ¹⁷ Os dados sobre números de presentes em assembléias encontram-se no processo da Liga no Conselho de Estado. AN, Conselho de Estado (1R), CODES. Caixa 551/Pacote 1/ Documento 8, fls. 8f e 10f.
- ¹⁸ A Associação de Auxílios Mútuos dos Empregados da *Typographia* Nacional, por exemplo, contava em 1882, com 274 associados, segundo o *Relatório da Associação de Auxílios Mútuos...* Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1883. Para um exemplo de associação que reunia muitos sócios, ver os dados da Associação dos Empregados do Comércio, criada a partir das lutas pelo fechamento das lojas aos domingos, no ano de 1880 por 112 sócios, que se transformaram em mais de 3.000 em 1884, para atingir mais de 13.000 associados em 1900. *Vinte anos de labor (1880-1900). Histórico da Associação dos Empregados do Commercio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. do *Jornal do Commercio*, 1900.
- ¹⁹ Tais dados podem ser encontrados em Guimarães, Joaquim S. M., op. cit.
- ²⁰ *Vinte anos de labor...*, op. cit., p. 19.
- ²¹ Em 1917, registravam-se 144 associações de auxílio mútuo e beneficência, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1918. Quanto ao número de associados, referimo-nos à comparação da listagem com dados de 1873, de Guimarães, acima citada, com os dados para 1903, reunidos por Barbosa, Luiz. *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*. Rio de



Janeiro, Tipografia Luzeiro, 1908.BN. Neste último, aparecem poucas instituições com mais de 400 associados e algumas organizações mais antigas, como a citada Liga Operária, encontram-se bastante esvaziadas, em relação a três décadas antes (nesse caso, os quase 1.000 sócios da primeira fase, estavam reduzidos a 160 em 1903).

- ²² *Compromisso da Irmandade de S. João Batista dos Operários do Arsenal de Marinha da Cidade e Corte do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Typ. de A. M. Morando, 1851.
- ²³ *Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro*. Niterói, Tip. Da Irmandade, 1889.
- ²⁴ AN, Conselho de Estado, 1R CODES. Caixa 531/ Pacote 3/ Documento 46; CODES. Caixa 552/ Pacote 2/ Documento 43. Chalhoub, (2001), explorou alguns destes documentos. na comunicação “O primeiro capítulo da história do movimento operário no Brasil”, apresentada no XXI Simpósio Nacional de História da ANPUH. Niterói, jul. 2001.
- ²⁵ AN; 1R (Conselho de Estado); CODES. Caixa 531/ Pacote 3/ Documento 46. – Sociedade Beneficente da Nação Conga. (7 de maio de 1862), fl. 11.
- ²⁶ Idem, nota do Visconde de Sapucaí, discordando de Manifestação do Marquês de Olinda, fl.1. As palavras entre colchetes são de difícil confirmação nos manuscritos.
- ²⁷ AN; 1R; CODES. Caixa 552/ Pacote 2/ Documento 45 – Sociedade de Beneficência da Nação Conga “Amiga da Consciência” (24 de Setembro de 1874), fl. 9.
- ²⁸ Idem, fl. 2 v.
- ²⁹ AN; 1R; CODES. Caixa 552/ Pacote 2/ Documento 43 – Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (24 de Setembro de 1874), fl. 10.
- ³⁰ Idem, fl.9.
- ³¹ Idem, fl.11.
- ³² Idem, fls.3 e v.3.
- ³³ Karasch, (2000, p. 466), menciona as irmandades entre as várias formas de associações de escravos com fins de poupança para a compra da alforria. Oliveira (1995, p. 155), também mostra como a Irmandade de N. Sra. do Rosário e S. Benedito já apoiava o pecúlio dos escravos para a compra da alforria antes de 1871.
- ³⁴ Ver as notas publicadas nos diários do dia seguinte, como *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 06/09/1854, p.2 e *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 06/09/1854, p.1.
- ³⁵ Arquivo Nacional; GIF; OI; CODES. Pacote 5 b517 – Ofício do Juiz de Paz do 2º Distrito da Freguesia da Candelária enviado ao Chefe de Polícia da Corte em 16 de Abril de 1833. Também este movimento é comentado por Gomes (1998).
- ³⁶ Nabuco, Joaquim. *Minha formação*. Brasília, Ed.UNB, 1981 (1a. ed. 1900), p. 137.
- ³⁷ A participação dos caifazes nas irmandades, a instituição de caixas para libertação de escravos nestas associações e a presença das primeiras organizações operárias paulistas no movimento dos caifazes são comentadas por Quintão (2002). Ver também Azevedo (2003).
- ³⁸ A incrível história deste militante foi por ele registrada em um manuscrito, parcialmente recuperado e publicado em edição fac-símile a partir dos arquivos policiais aonde fora parar, pelo Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Duarte (2002).
- ³⁹ Idem, p. 69. Interessante notar que Saldanha Marinho foi o primeiro parlamentar a defender a causa republicana e integrou o “corpo consultor” do já citado Corpo Coletivo União Operária.
- ⁴⁰ Sobre estas organizações de padeiros, ver, além do relato de João de Mattos, o histórico da Liga Federal dos Empregados em Padarias, apresentado ao II Congresso Operário Brasileiro, de 1913, e publicado em *A Voz do Trabalhador*, no. 60, Rio de Janeiro, 5/08/1914, p.3.

